

Exercícios de Fixação

1. Julgue os itens a seguir e assinale Verdadeiro ou Falso:

- () O juiz que determinou diligências e a prisão do indiciado durante a fase inquisitorial não está impedido de julgar o processo, pois não se pronunciou sobre a questão.
- () O acusado menor de 21 anos precisa ser assistido por curador.
- () A decisão que não admite o ofendido como assistente de acusação é irrecorrível, não sendo possível nenhum tipo de impugnação judicial.
- () O exame de corpo de delito, direto ou indireto, é dispensável quando outros meios de prova podem suprir sua ausência.
- () A testemunha não é obrigada a responder todas as perguntas formuladas pelas partes, pois pode invocar o direito de permanecer em silêncio, caso suas declarações possam prejudicá-la na esfera penal.
- () Os doentes mentais não podem depor em processo criminal, pois não prestam compromisso.
- () A prisão disciplinar é constitucional e caracteriza abuso de autoridade.
- () A pessoa que pratica crime hediondo não pode ser beneficiada com a liberdade provisória.
- () Os crimes de corrupção ativa e receptação são afiançáveis.
- () A falta de comunicação da prisão em flagrante ao juiz torna a prisão ilegal e permite o relaxamento da prisão em flagrante.
- () Admite-se a prisão em flagrante quando a autoridade previamente prepara as circunstâncias e a cena do crime, de forma que impeça a produção do resultado criminoso.
- () Está em flagrante delito quem é perseguido no prazo de até 24h seguintes à prática do crime, em situação que faça presumir ser autor da infração.

2. Acerca dos requisitos da interceptação telefônica, marque a alternativa correta:

- a) pode ser determinada em investigação de crimes punidos com reclusão.
- b) exige-se prova da materialidade e da autoria ou participação em infração penal.
- c) a interceptação telefônica pode ser determinada pela autoridade judicial, para instruir processo criminal ou administrativo.
- d) caso não exista outro meio de se produzir a prova ou este outro meio seja mais dispendioso, será admitida a interceptação telefônica.
- e) nenhuma das alternativas anteriores está correta.

3. Após o interrogatório, o juiz determinou a prisão de Gilson, estudante de direito, pela prática do crime de vilipêndio a cadáver, apresentando a seguinte fundamentação: “a presença de prova da materialidade do crime e indícios suficientes de autoria autorizam o decreto prisional”. A prisão de Gilson é legal? Justifique, analisando os requisitos legais e de admissibilidade.

4. Pedro está sendo processado pela prática do crime de estupro de vulnerável. Através de uma testemunha, a autoridade judicial tomou conhecimento de que em sua residência constam provas da autoria e materialidade do crime. Desse modo, resolveu efetuar busca e apreensão no domicílio de Pedro, tendo de imediato ido realizar a diligência pessoalmente. No momento da busca, Pedro estava almoçando e resistiu quanto à entrada na casa, bem como na abertura de gavetas, razão pela qual a porta e alguns móveis foram arrombados. No local, foram apreendidos inúmeros objetos, cartas e fotos, sendo que os policiais só deixaram a residência tarde da noite. Identifique e justifique se houve alguma irregularidade na busca e apreensão, bem como há alguma prova ilícita ou ilegítima.

5. Cláudio foi preso durante o inquérito por haver fortes indícios de que teria praticado o crime de latrocínio. O pedido de prisão foi feito pela autoridade policial, que entendeu ser necessária a prisão de Cláudio para não prejudicar as investigações que estavam em curso. Considerando que o delegado tem conhecimento que só poderá pedir a prorrogação do prazo da referida prisão uma vez, pergunta-se:

a) Qual é a prisão processual a que Cláudio está submetido? Indique a fundamentação legal.

b) Qual seria o pedido cabível a ser feito ao juiz pelo advogado de Cláudio?

c) Qual o prazo máximo que Cláudio poderá ficar preso durante o inquérito? Justifique.